



DOI 10.20396/conex.v16i3.8652190

Artigo Original

# *Análise de conteúdo de provas e seus respectivos editais de concursos públicos municipais para a contratação de licenciados em Educação Física no Estado de São Paulo*

Caio Stefano Ruiz Donatangelo<sup>1</sup>  
Ana Lúcia Padrão dos Santos<sup>1</sup>

## RESUMO

Para trabalhar como docente dentro do sistema de ensino básico público, o profissional licenciado em Educação Física precisa ser aprovado por um processo de concurso público. Este trabalho debruça-se sobre o que um profissional licenciado em Educação Física se depara ao participar de um processo de seleção de funcionários do sistema de ensino básico público. O método utilizado foi a análise de conteúdo de provas e de seus respectivos editais dos anos de 2015 e 2016 submetidos a descrições qualitativas e quantitativas através da categorização temática dos conteúdos encontrados e a anotação de suas recorrências. A análise destes documentos permitiu a descrição do repertório de conhecimentos da Educação Física que se subentende como pertinentes para o exercício docente na perspectiva do Estado e suas diferenças entre as provas de cada município. A partir dos resultados encontrados, percebeu-se uma grande heterogeneidade de composição dos conteúdos entre as provas dos municípios, sendo assim é possível entender como uma possibilidade a revisão dos mecanismos de execução e coordenação de concursos públicos dos sistemas educacionais municipais, visando o oferecimento de uma educação pública de maior qualidade para a sociedade.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Profissão Docente. Análise de Conteúdo. Inserção Profissional.

---

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo  
Recebido em: 09 abr. 2018  
Aprovado em: 24 ago. 2018  
Contato: ruizdonatangelo@gmail.com

## *Content analysis of the tests and their respective public edicts of municipal public tenders for the hiring of graduates in Physical Education in the State of Sao Paulo*

### ABSTRACT

In order to work as a teacher at the public basic education system the licentiate in Physical Education must succeed in a public tender process to select the most suitable employees. This paper focuses on what a licentiate in Physical Education is faced with when participating in a selecting process of employees of the public basic education system. The method used was the content analysis of the tests and their respective public edicts of the years 2015 and 2016 submitted to qualitative and quantitative descriptions through the thematic categorization of the contents found and the annotation of their recurrences. The analysis of these documents allowed the description of the repertoire of knowledge in physical education that is understood as pertinent to the teaching exercise from the perspective of the State and its differences between the tests of each municipality. Based on the results found, a great heterogeneity of content composition was found among the municipalities' tests, so it is possible to understand as a possibility the revision of the procedure and coordination of public tenders of the municipal educational systems, aiming at the offering of a higher quality public education for society.

**Keywords:** Public Policies, Teaching Profession, Content Analysis, Professional Insertion.

## *Análisis de contenido de los exámenes y de sus respectivos edictos concursos públicos municipales para la contratación de licenciados en Educación Física en el Estado de São Paulo*

### RESUMEN

El ingreso del licenciado en educación física a la docencia en la enseñanza básica pública se realiza tras la aprobación en un concurso público, en el cual se seleccionan los candidatos más adecuados al puesto. El enfoque de este trabajo está en el proceso de selección el cual el licenciado en Educación Física enfrenta para ingresar a la enseñanza básica pública. Como método de investigación se utilizó el análisis del contenido de los exámenes y de sus respectivos edictos de los años 2015 y 2016 sometidos a descripciones cualitativas y cuantitativas por intermedio de la categorización temática de los contenidos encontrados y del registro de sus ocurrencias. El análisis de estos documentos permitió la descripción

del repertorio de conocimientos de la educación física los cuales se subentiende que sean pertinentes para la práctica docente, la perspectiva del Estado. El análisis ha permitido describir, también, las diferencias entre los exámenes de cada municipio. A partir de los resultados encontrados, se ha notado gran heterogeneidad en cuanto la composición de los contenidos de los exámenes de los municipios, de modo que una posible proposición sea la revisión de los mecanismos de ejecución y coordinación de concursos públicos de los sistemas educativos municipales, con el objetivo de ofrecer una educación pública de mayor calidad para la sociedad.

**Palabras clave:** Políticas Públicas, Profesión Docente, Análisis de Contenido, Inserción Profesional

## INTRODUÇÃO

O concurso público é um tema de amplo interesse social uma vez que ele é a via de contratação que o Estado possui (BRASIL, 1988), tendo o trabalho como servidor público dentre seus principais atrativos: a estabilidade e a remuneração (CASTELAR, 2010; ALBRECHET, 2011), se constituindo como uma grande fonte de recursos desde meados do século passado (CASTELAR, 2010). Além disto, a dinâmica de oferta e procura dos cargos públicos está submetida às contingências históricas, como grau de escolarização médio da população, número de vagas disponíveis, dentre outros fatores (ALBRECHET, 2011).

Para fazer valer o direito à educação, o estado de São Paulo possui uma estrutura de 18.523 escolas públicas (SÃO PAULO, 2014) o que representa 64,4% do total de escolas existentes no estado, que emprega um contingente de 830.038 professores (SÃO PAULO, 2014) que totalizam 68,1% de todos os professores do Estado. Esses números demonstram como a esfera pública é relevante na educação básica, sendo ela majoritária tanto em número de instituições, como no contingente do corpo docente.

Especificamente sobre o corpo docente, segundo dados do censo escolar de 2013 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 277,6 mil alunos concluíram o curso de Licenciatura em Educação Física entre os anos de 2001 e 2013. Isso leva à reflexão sobre como se dará a absorção desses profissionais pelo mercado de trabalho, lembrando que a estrutura universitária está assumindo um papel duplo dentro da sociedade, sendo o de educar, de uma forma que transcende a simples instrução, e o de formar para o mercado de trabalho (GONDIM, 2002), como o explicitado no artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases (1996), que só ratifica a necessidade do alinhamento da formação universitária com o sistema público de seleção de profissionais. Além de outros autores sinalizarem também necessidade de articulação entre o ensino básico e o ensino superior (MARTINS, 2015).

O sistema de contratação de servidores estatais por meio de concursos públicos remonta ao século XIX e significou historicamente o início da seleção dos servidores públicos pelas suas capacidades, ignorando os privilégios dos candidatos e assim tornando o processo mais democrático (AGLANTZAKIS, 2003). Ao longo da história existiram diversos dispositivos que o administrador usou para recrutamento, dentre eles houve o sorteio, compra e venda, herança, arrendamento, livre nomeação e eleição, até que finalmente se chegou a conceber e executar o dispositivo do concurso público na França napoleônica (AGLANTZAKIS, 2003; SOUSA, 2011).

Partindo de uma definição acadêmica, temos a contribuição de Carvalho Filho (2015, p. 651) que define concurso público como o “procedimento administrativo que tem por finalidade aferir as aptidões pessoais e selecionar os melhores candidatos ao provimento de cargos e funções públicas”. Ao descrever a natureza e estrutura das provas de concursos públicos, Sousa (2011) afirma que os candidatos podem ser avaliados por provas objetivas, dissertativas, exames físicos, de habilidades específicas, psicotécnicas e orais, sempre estando sujeitos à

peculiaridade do cargo a ser preenchido. A autora ainda ressalta que a relevância e a especificidade dos conhecimentos presentes nas provas de concursos públicos devem ser análogos aos conhecimentos pertinentes ao exercício do cargo em questão, servindo assim de baliza para a construção da avaliação.

Como os concursos públicos não possuem até o momento nenhuma outra forma de regulação para além dos princípios constitucionais e do exposto até o momento neste artigo, foi tramitada recentemente a Proposta de Emenda Constitucional 75/2015, que visa estabelecer regras gerais para os concursos públicos. Aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no dia 15 de julho de 2016, o projeto aguarda ser submetido a duas sessões de discussão e votação no Plenário do Senado. A motivação para essa movimentação seria o fato de que os princípios constitucionais serem constantemente feridos com editais sem publicidade ou com prazo curto de inscrição; ausência de indicações bibliográficas; taxas de inscrição elevadas (BRASIL, 2016).

Quanto à literatura científica que estudou o processo do concurso público, Fontainha et al. (2013) afirma já existir um número importante de teses, dissertações e artigos sobre concursos públicos nas áreas de administração, saúde, políticas públicas, sociologia, letras, educação, direito, psicologia, contabilidade e finanças. Também afirma que existe um material heterogêneo tanto sobre os objetos de estudo, como por exemplos, candidato, prova e edital, quanto sobre as abordagens de pesquisa, entre elas os temas preparação de candidatos, perfil dos candidatos, motivação dos candidatos, perfil dos aprovados, entre outros assuntos. Apesar disso, o mesmo autor afirma que o momento entre a formação do profissional e a posse do cargo público ainda é uma incógnita para a pesquisa. Durante a execução da revisão de literatura do presente trabalho não foram encontrados trabalhos que se referissem diretamente a concursos públicos para professores licenciados em Educação Física.

O presente trabalho se dedicou a explorar a realidade dos concursos públicos para contratação de licenciados em Educação Física. Através de uma análise de conteúdo de provas e seus respectivos editais produzidos por processos de concursos público no âmbito municipal, descreveu-se quais são, e como são, os conhecimentos exigidos dos candidatos durante os concursos.

## MÉTODOS

### AMOSTRA

Dada às dimensões continentais do Brasil e sua complexa diversidade sociocultural, o presente estudo também se propôs a um recorte temporal que envolveu os concursos no estado de São Paulo entre os anos de 2015 e 2016. O estudo ocorreu por meio da análise de conteúdo dos documentos produzidos por dez concursos públicos de municípios do estado de São Paulo para a contratação de licenciados em Educação Física. Os documentos coletados foram os

arquivos digitais das provas, editais e gabaritos de cada um dos processos seletivos. O critério de inclusão dos processos seletivos foi terem ocorrido nos anos estabelecidos e possuir todos os documentos de interesse disponíveis na internet.

#### COLETA

A coleta dos dados foi feita através do site “PCI concursos” (<https://www.pciconcursos.com.br/>), no qual o critério de busca foram as tags “licenciados em Educação Física - SP - 2015” “licenciados em Educação Física - SP - 2016”, que levaram aos dez processos seletivos sendo estes 5 de 2015 e 5 de 2016, organizada em uma pasta com seu respectivo edital e gabarito. Foram coletadas provas das cidades de Arujá, Biritiba Mirim, Fernandópolis, Iguape e Indaiatuba do ano de 2015; e Presidente Prudente, Cruzeiro, Pirapozinho, Paulínia e São Paulo do ano de 2016.

#### ANÁLISE

A metodologia de análise de conteúdo do presente trabalho se deu em sua dimensão qualitativa, uma vez que a categorização temática dos itens foi feita a partir da interpretação de seus textos, e também na sua dimensão quantitativa, uma vez que as categorias descritas tiveram suas frequências estudadas (BARDIN, 2016; BORÉUS; BERGSTRON, 2017). A escolha pela análise de conteúdo se justifica por viabilizar a detecção e o entendimento e das estruturas que compõe o texto (BARDIN, 2016) através de um estudo rigoroso e de sistemática transparente que busca garantir a objetividade e confiabilidade dos dados (ELO, 2014; BRYMAN, 2015).

Antes de começar o processo de análise das provas, foram feitas leituras acerca de taxonomias do conhecimento da área de Educação Física (MARTINS, 2015; HOFFMAN; HARRIS, 2002). Conforme ocorreu o processo de leitura dos documentos, foram grifadas as partes chaves que justificavam a categorização escolhida. Na medida em que os itens foram interpretados, as categorias foram criadas. Os registros de frequência de respostas foram feitos em uma planilha para posterior análise dos números totais e porcentagens.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### SOBRE OS CARGOS

Dos editais coletados apenas os municípios de Arujá, Biritiba Mirim, Indaiatuba, Presidente Prudente e São Paulo ofertaram vagas a serem preenchidas imediatamente. Os municípios de Fernandópolis, Iguape, Cruzeiro, Pirapozinho e Paulínia estavam fazendo o concurso para cadastro reserva. O número de vagas total foi 140, porém esse volume todo estava concentrado na cidade de São Paulo, com 126 vagas.

Na amostra, não foi observado um padrão entre as cidades no tocante a jornada de trabalho, tendo sido encontradas descrições em horas semanais e em horas mensais, tendo sido seus valores convertidos em horas semanais e expostos no Quadro 1. O mesmo ocorreu com o valor dos salários, que apresentaram os proventos financeiros em horas-aula ou em vencimentos mensais. Os valores foram convertidos todos em hora aula para unificar as unidades e melhorar a leitura dos dados. A menor remuneração para uma hora-aula foi de R\$10,74, de Pirapozinho, e a maior hora aula foi de R\$25,31, de Fernandópolis. A hora aula média observada foi de R\$16,37.

Quadro 1 - Jornada de trabalho observada nos editais de cada município

Jornada de trabalho	Cidades
30 horas semanais	Arujá, Biritiba Mirim, Iguape e São Paulo
28 horas semanais	Presidente Prudente
24 horas semanais	Fernandópolis
25, 30, ou 40 horas semanais	Indaiatuba
Mínimo de 15 horas semanais	Paulínia
Contratação por hora aula	Cruzeiro e Pirapozinho

O nome da formação necessária, a designação do ciclo escolar e a exigência do registro no Conselho Regional de Educação Física também não eram padronizados. Dos dez editais analisados, sete se referem ao curso de formação com o termo “Licenciatura Plena”, sendo que cinco deles usavam o termo “Licenciatura Plena em Educação Física”, um deles “Licenciatura Plena na formação específica”, um deles “Licenciatura Plena com habilitação específica”. Outros dois editais usaram as denominações “Ensino Superior Completo em Educação Física – Licenciatura” e “Ensino Superior Completo em Educação Física”. Um dos editais não definia a formação acadêmica requerida.

Notou-se, também, que oito dos 10 editais analisados estabeleciam como pré-requisito a apresentação de registro de identidade profissional junto ao Conselho Regional de Educação Física. Observou-se ainda que apenas os municípios de Fernandópolis, Iguape, Cruzeiro, Pirapozinho e São Paulo declararam um ciclo do ensino básico específico para a vaga de professor, sendo apenas o Ensino fundamental II para os municípios de Fernandópolis, Iguape, Cruzeiro, Pirapozinho e para o Ensino Fundamental II e Médio no município de São Paulo.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Nos editais de abertura dos concursos públicos coletados, consta a seção de “conteúdos programáticos” que se refere aos conhecimentos que serão cobrados durante a prova do processo seletivo. Em todos os editais foi observado que os conteúdos programáticos eram divididos pelos organizadores do concurso em categorias como “Pedagogia”, “Legislação” e “Conhecimentos Gerais”, por exemplo. Contudo, constatou-se durante a análise pouca concordância dos nomes dessas categorias entre os diferentes municípios.



Ao todo, os editais somam 40 categorias que com suas repetições formaram 11 grupos diferentes. Sendo estes: Conhecimentos Gerais, Língua Portuguesa ou Português, Matemática ou Pensamento Lógico Matemático, Conhecimentos Pedagógicos e Legislação, Conhecimentos Legislativos, Conhecimentos Pedagógicos, Conhecimentos Específicos, Publicações institucionais, Obras e Autores/ Bibliografia, Atualidades, Informática. Quanto aos conteúdos presentes nessas 40 categorias, apenas 15 delas apresentam referências bibliográficas, sendo que as outras 25 categorias apresentam aos concursandos apenas temas, como “História da Educação Física” ou “Sociologia da Educação Física”.

Dentro das 15 categorias nas quais existiam referências bibliográficas específicas foram observados documentos públicos, como legislações e publicações educacionais oficiais, e textos acadêmicos. Quanto aos documentos públicos, foram encontrados 24 documentos diferentes em todas as provas de forma irregular, sendo observada também uma variabilidade de precisão, informando desde uma lei específica, como a lei n.º 10.098/2000 sobre a acessibilidade escolar para pessoas com deficiência, até o nome de um documento como o “Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)” e nenhum outro detalhe. Já as referências de bibliografias acadêmicas estavam presentes em apenas três dos 10 editais e com 18 trabalhos diferentes, como artigos, livros, capítulos de livros e teses.

#### PROVAS E DIFERENTES CATEGORIAS DE QUESTÕES

Já quanto às provas, foram analisados 487 itens dos 10 concursos públicos coletados na amostra, sendo apenas 484 categorizados em virtude de um item ter sido anulado e dois não terem expressado uma categoria específica. A média de itens por prova foi de 48,7 itens, sendo que a menor prova, de Pirapozinho, ter sido composta por 25 itens e a prova de São Paulo, a maior, com 62 itens.

Após a análise das provas coletadas, foram definidas cinco categorias temáticas: Pedagogia, Política e Gestão, Conhecimentos Socioculturais, Conhecimentos Biológicos e Comportamentais, Conhecimentos Técnicos Operacionais e Conhecimentos Gerais. Estas categorias foram comparadas às leituras feitas anteriormente acerca das taxinomias do conhecimento da área de Educação Física (MARTINS, 2015; HOFFMAN; HARRIS, 2002), conforme os resultados apresentados na Tabela 1.

A categoria temática de Pedagogia trata de itens que exigem conhecimentos sobre os objetos de ensino, suas características particulares, estratégias de ensino e sua organização ao longo da trajetória escolar. Os itens desta categoria deram origem a três grupos: a *Pedagogia Geral*, *Pedagogia Específica* e *Abordagens Específicas*, sendo possível observar os números absolutos dos dois primeiros grupos na Figura 2. Durante a análise, foram agrupados em subcategorias questões referentes ao “o que”, o “como” e o “quando” ensinar, relacionados à educação como um todo, e, especificamente, ao trabalho da Educação Física. Nota-se uma clara prevalência dos itens específicos da Educação Física. A categoria *Abordagens Específicas* foi estabelecida pela existência de itens que mencionam nominalmente abordagens pedagógicas próprias da Educação Física.



Já a categoria temática *Política e Gestão*, a qual se observou majoritária, trata de itens que exigem conhecimentos referentes às políticas educacionais da esfera nacional, estadual e municipal, como leis e documentos oficiais. Adicionalmente, tal categoria incluiu itens que exigem conhecimentos sobre a organização administrativa interna do contexto escolar. Os itens dessa categoria foram agrupados em grupos: *Legislação*, *Organização Escolar*, *Publicações Educacionais Oficiais e Código de Ética do Profissional de Educação Física*. *Legislação* trata sobre conhecimentos de leis, códigos, medidas provisórias ou decretos do Estado que estavam presentes nas provas. *Organização Escolar* trata de conhecimentos sobre o funcionamento, organização e gestão do cotidiano escolar. *Publicações Educacionais Oficiais* refere-se a menções aos itens que abordaram documentos norteadores emitidos pelo Ministério da Educação, e seus órgão associados. Finalmente, o *Código de Ética*, disposto na Resolução CONFEF nº 307/2015. Neste caso, tal legislação foi diferenciada das legislações federais, estaduais e municipais em virtude do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, ser classificado como uma autarquia.

A Categoria temática de *Conhecimentos Socioculturais* trata de itens que exigem conhecimentos do campo da sociologia, da filosofia e da história relacionados à profissão docente. A partir destes itens foram formados os grupos de conhecimento sobre as dimensões históricas, sociológicas e filosóficas da Educação e por dimensões históricas, sociológicas e filosóficas da Educação Física.

A categoria temática de *Conhecimentos Biológicos e Comportamentais* trata de itens que exigem conhecimentos do campo da fisiologia do corpo humano, da nutrição da atividade física, do desenvolvimento humano e do controle motor. Estes itens não tratavam os conhecimentos em questão como objetos a serem ensinados, mas como pré-requisito teórico para a intervenção do professor. Estes itens foram agrupados em: *Fisiologia da Atividade Física*, *Crescimento e desenvolvimento*, *Comportamento motor* e *Nutrição da atividade física*.

A categoria temática de *Conhecimentos Operacionais* é composta por itens cujos conhecimentos não eram entendidos como objetos de ensino, mas sim como pré-requisitos operacionais da prática docente. Conhecimentos que viabilizam tratar os objetos de ensino. Esta categoria foi subdividida em dois grupos: *Primeiros Socorros* e de *Dimensões Operacionais de Esportes*. Sendo a última referente à organização, às regras oficiais e às lógicas internas de modalidades esportivas, como por exemplo, um item que perguntava sobre as dimensões oficiais da quadra de vôlei, e outro que questionava o regulamento oficial do jogo de futsal.

A categoria temática de *Conteúdos do Ensino Básico* trata de itens que exigiam conhecimentos dos campos de Português, Matemática e História, sendo no caso deste último, mais precisamente, a história do município que estava promovendo o concurso. Os itens presentes nesses três grupos não possuem correlação direta com o repertório de conhecimentos específicos da atuação do licenciado em Educação Física.

Tabela 1 – Média dos itens analisados nas provas organizados por Categorias Temáticas em números absolutos em porcentagem

Categoria Temática	Números Absolutos	Porcentagem
Pedagogia	108	21
Política e Gestão	157	32
Conhecimentos Socioculturais	66	14
Conhecimentos Biológicos e Comportamentais	28	7
Conhecimentos Operacionais	12	3
Conteúdo do Ensino Básico	113	23
<b>Total</b>	<b>484</b>	<b>100</b>

Também foi registrada qual a distribuição desses temas dentre cada uma das provas.

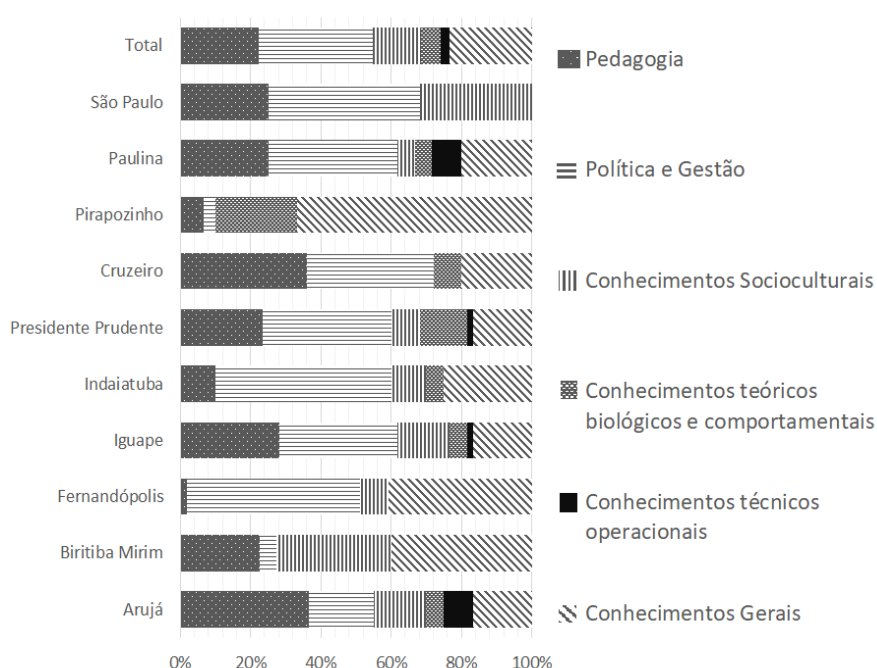


Figura 1 – Comparação da porcentagem de presença das Categorias temáticas entre as provas.

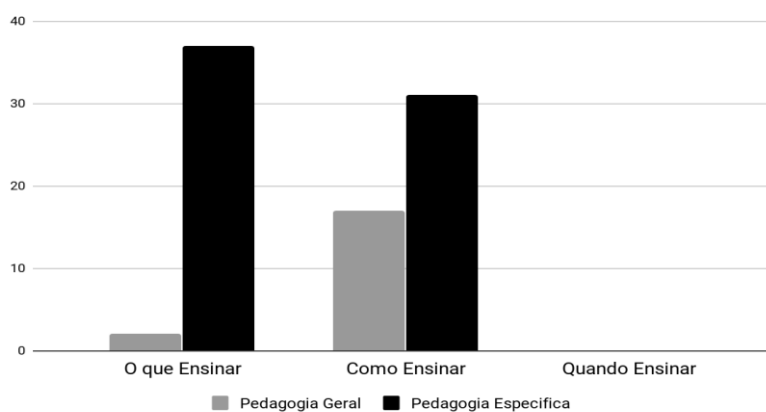


Figura 2 – Quantidade de itens nos subgrupos dos grupos de Pedagogia Geral e Pedagogia Específica em números absolutos.

Tabela 2 – Temas presentes nos subgrupos de cada categoria temática em números absolutos e em porcentagem

Categoria Temática	Número de itens	%
Pedagogia	108	21,00
O que ensinar (Geral)	2	0,41
Como ensinar (Geral)	17	3,51
Quando ensinar (Geral)	0	0,00
O que ensinar (Específico)	37	7,64
Como ensinar (Específico)	31	6,40
Quando ensinar (Específico)	0	0,00
Abordagens Específicas	21	4,33
Política e Gestão	157	32,00
Legislação	79	16,32
Publicações Educacionais Oficiais	56	11,57
Organização Escolar	20	4,13
Código de Ética	2	0,41
Conhecimentos Socioculturais	66	14,00
Dimensão Histórica (da Educação)	2	0,41
Dimensão Social (da Educação)	5	1,03
Dimensão Filosófica (da Educação)	8	1,65
Dimensão Histórica (da Educação Física)	14	2,89
Dimensão Social (da Educação Física)	20	4,13
Dimensão Filosófica (da Educação Física)	17	3,51
Conhecimentos Biológicos e Comportamentais	28	7,00
Fisiologia da Atividade Física	6	1,23
Crescimento e Desenvolvimento	13	2,68
Comportamento Motor	5	1,03
Nutrição e a Atividade Física	4	0,82
Conhecimentos Operacionais	12	3,00
Dimensão Técnica dos Esportes	8	1,65
Primeiros Socorros	4	0,82
Conhecimentos do Ensino Básico	113	23,00
Português	88	18,18
Matemática	20	13,00
História do Município	5	1,03
Total	484	100,00

O presente trabalho se dedicou a explorar quais e como os conhecimentos são exigidos dos candidatos a concurso público para o cargo de licenciado em Educação Física através de uma análise de conteúdo dos documentos produzidos por processos de concurso, como editais e provas em 10 municípios do Estado de São Paulo. Cabe ressaltar que uma limitação do estudo foi que os resultados obtidos não podem ser generalizados, contudo permitem algumas reflexões pontuais acerca do sistema de contratação de docentes para o sistema público de ensino.

A formatação dos concursos públicos descritos nesta pesquisa está em consonância com a lógica disciplinar e fragmentada do conhecimento que o ensino universitário atualmente apresenta (TARDIF, 2000; PIMENTA, 2009). Segundo Tardif (2000), a lógica disciplinar na

formação docente torna-se um problema na medida em que os conhecimentos fragmentados não possuem relação entre si e são regidos por questões do conhecimento acadêmico e não da ação profissional. Nas palavras do autor: “Em uma disciplina, aprender é conhecer. Mas na prática, aprender é fazer e conhecer fazendo” (TARDIF, 2000 p. 19). A dimensão do saber prático que o autor descreve está ausente nas provas analisadas. O que acaba por levantar dúvidas sobre a capacidade avaliativa dos processos seletivos que deveriam ser orientados pela especificidade da função pública em questão (SOUSA, 2011).

É possível observar nos resultados apresentados, a heterogeneidade de formatação e conteúdo entre os editais e provas de diferentes municípios para a contratação de profissionais que desempenham funções similares. No caso dos editais, isso pode ser observado na forma de organização dos conteúdos programáticos que não possuem consenso na composição dos grupos de conhecimentos avaliados. Nem mesmo a exigência do registro profissional no sistema CREF/CONFED é uma constante. A Figura 1, que apresenta dados relacionados à presença percentual das categorias em cada uma das provas, demonstra que existe heterogeneidade quanto à presença das categorias nas provas de diferentes municípios. Nem mesmo a categoria que possui o conteúdo que se imaginaria ser a mais consensual, a de Política e Gestão, referente às normas nacionais de educação, demonstraram uma presença consistente. Neste sentido, é necessário atentar para o fato de que o artigo 22º da Lei de Diretrizes e Bases dispõe como dever da educação básica uma formação “comum indispensável”, sendo essa preocupação reiterada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013 (BRASIL, 2013).

Nessa perspectiva, vale ressaltar que, em seu artigo 15, a Lei de Diretrizes e Bases confere às escolas que compõem o sistema de ensino brasileiro autonomia nos campos pedagógico e administrativo. Eis que se observa um impasse, pois em uma parte do documento é conferida autonomia pedagógica às escolas e na outra se exige uma formação única e indispensável. É claramente observado nos resultados apresentados que as provas de diferentes municípios estão selecionando diferentes tipos de professores e esse fenômeno pode ser defendido com o artigo 15 da Lei de Diretrizes e Bases. Contudo, como é que dessa forma seria possível atender ao artigo 22 do mesmo documento? Se o sistema de ensino público selecionar professores com diferentes arcabouços teóricos, como estes professores, diversos entre si, poderão oferecer a formação única e indispensável? Para este impasse é possível encontrar uma saída com base no que se concebe como a missão da escola.

Primeiramente pode-se partir do artigo 205 da Constituição brasileira de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2017 p. 160).

A partir deste princípio, reitera-se no Brasil a necessidade de estabelecer os objetivos norteadores de pleno desenvolvimento, formar para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho. Esta concepção presente na Constituição significa que no Brasil esses deveriam ser

os objetivos norteadores das pesquisas pedagógicas. Caso tal premissa seja desconsiderada, assume-se o risco de incorrer em duas situações conflitantes, ou se estaria descumprindo a constituição ou, caso a comunidade científica chegasse à conclusão que os objetivos da educação são outros, esta mesma comunidade deveria exercer ela mesma sua cidadania e reformar a constituição.

Não cabe a esta pesquisa desenvolver uma definição findada de cada um desses objetivos constitucionais, nem mesmo questionar qualquer um dos três. Tal tarefa deve ser foco de pesquisas futuras, em estudos que busquem estabelecer um corpo consistente de conceitos pedagógicos nos quais os profissionais da educação possam se apoiar (OLIVEIRA, 1990).

É possível considerar a premissa que a educação está presente em um campo subjetivo e que o encontro de conceitos definitivos é um desejo inocente. O próprio Tardif (2000) aponta que até hoje em trabalhos fundamentalmente pautados na interação humana apresentam dificuldade em se apoiar em conhecimentos objetivos. Contudo, no contexto da atribuição de valores, a objetividade é alcançada através de uma abordagem metódica, experimental e legitimada através de uma consonância intersubjetiva (SCRIVEN, 2007). Sendo que todo valor observado está sujeito à revisão em virtude de novas contingências. Logo, uma vez que a comunidade científica tenha noções mais ou menos estáveis sobre o que se entende por pleno desenvolvimento, cidadania e preparação para o trabalho, só então será possível atender ao artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases, pois só, então, os objetivos estarão alinhados.

Uma vez que se estabeleçam academicamente com a devida estabilidade os objetivos educacionais, deve-se questionar como é possível exercer a autonomia das escolas que pertencem ao sistema educacional, conforme explicitado pelo artigo 15 da Lei de Diretrizes e Bases. Essa é uma tarefa didática do professor, sendo didática aqui entendida na perspectiva de Libâneo (2013, p. 25) como:

Didática é o principal ramo de estudos da Pedagogia. Ela investiga os fundamentos, condições e modos de realização da instrução e dos modos de ensino. A ela cabe converter objetivos sociopolíticos e pedagógicos em objetivos de ensino, selecionar conteúdos e métodos em função desses objetivos, estabelecer vínculos entre ensino e aprendizagem [...].

Esta definição de didática permite entender que, uma vez em posse dos objetivos de ensino, cabe ao professor operacionalizar as aulas para que esse objetivo seja alcançado, e é a partir desta concepção que se estabelece a autonomia pedagógica do artigo 15 da Lei de Diretrizes e Bases.

A literatura acadêmica sugere que a condição para se estabelecer uma relação legítima do aluno do ensino básico com o conhecimento científico elaborado, seja que o docente tenha como ponto de partida as condições sociais e os conhecimentos prévios dos alunos (ARAÚJO, 2007, LIBÂNEO, 2013; SOARES et al., 2013), e uma vez estabelecida esta relação, o professor tem que elaborar diferentes estratégias, sem que se deixe de atender aos objetivos constitucionais. Sendo assim, o concurso público cumpriria a dupla função de selecionar o

profissional mais capacitado e garantir a igualdade do acesso à educação quando estabelecessem os mesmos conhecimentos acadêmicos prévios para os professores da rede pública. Tais conhecimentos seriam tratados a partir da condição social do aluno. Assim, seria possível compatibilizar a autonomia pedagógica e administrativa e a base de formação comum.

Outra análise relevante oriunda dos resultados foi a presença majoritária da categoria de Conhecimentos do Ensino Básico, representando 23% de todos os itens de prova e só estando ausente em uma das dez provas analisadas. Uma vez que a docência seja uma profissão academicamente orientada, que tem no seu edital de abertura de concurso como requisito mínimo a conclusão de um curso de ensino superior, subentende-se que este candidato obrigatoriamente foi considerado alfabetizado pelo ciclo fundamental e pelo ciclo médio de escolarização básica, sendo assim, parece pertinente que pesquisas futuras pensem se existe justificativa plausível para que *Conhecimentos do Ensino Básico* sejam o segundo maior grupo da amostra e que a subcategoria de *Português* (18,18% de todos os itens) seja a subcategoria mais presente, estando acima até mesmo da subcategoria Legislação (16,32% de todos os itens) e muito superior à subcategoria de *Organização Escolar* (4,13% de todos os itens). Destacando-se, ainda, o fato de que *Organização Escolar*, em específico, ter uma representatividade tão pequena nos processos seletivos, seja um aspecto dissonante com a sua importância segundo a literatura acadêmica, uma vez que a gestão de uma escola pública está intimamente ligada com o exercício da democracia (LUCK, 2008; SOUZA, 2009) e com o próprio conceito de gestão democrática estabelecido pelo artigo 206 da Constituição de 1988.

Muito próximo do subgrupo de *Organização Escolar* pode ser observado um esvaziamento de conceitos acerca da sistematização de atividades ao longo do tempo escolar, uma vez que observa-se que não foi encontrado nenhum item que se enquadre na subcategoria de “Quando Ensinar”, valendo resgatar que o processo de sistematização de aulas e planejamento escolar vai muito além do preenchimento burocrático de formulários, sendo na verdade uma possibilidade de reflexão do ato docente (FUSARI, 1990, LIBÂNEO 2013) sem que se priorize o lado técnico em detrimento do lado político social e nem vice-versa (CASTRO, 2008). Na verdade, o planejamento escolar permite à escola, que está imersa em uma trama de interesses políticos e sociais, reflita sobre suas tomadas de decisão e não fique à mercê de forças sociais dominantes (LIBÂNEO, 2013).

Finalmente, deve-se refletir sobre a disposição observada nos conteúdos programáticos dos editais analisados. Apenas 37,5% de todos os agrupamentos de conteúdos citados pelos editais observados possuíam uma referência bibliográfica, como um trabalho, um livro, um artigo, uma tese ou uma leitura específica. É possível que diante de tal cenário se entenda essa característica das provas como uma limitação da capacidade do processo de seleção de profissionais ocorrer de forma justa.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa foi a descrição dos conteúdos presentes em concurso públicos municipais do Estado de São Paulo para licenciados em educação física. É preciso reiterar que, em virtude da amostra, este assunto precisa de novas investigações produzidas com essa abordagem, a fim de que se possa entender mais amplamente a realidade do tema.

Foram observados entre as provas coletadas por este trabalho uma grande variabilidade na composição de temas entre os municípios, um esvaziamento de referências da literatura acadêmica e uma subutilização de diferentes formatos de avaliação que possuem margem legal para serem adotados nos processos seletivos. A partir de tal disparidade intermunicipal, também tentou-se abordar de maneira sucinta a tensão presente na própria Lei de Diretrizes e Bases entre autonomia escolar e igualdade de acesso à educação, buscando fundamento na constituição federal e na literatura acadêmica pertinente, chegando a uma proposta razoável de articulação do problema, sem a pretensão de esgotar a discussão.

Também foram feitas reflexões acerca da presença de diferentes conhecimentos nos processos de avaliação, que poderão ser exploradas por pesquisas futuras. Dentre as possíveis abordagens, deve-se considerar a pertinência ou motivação de tamanha presença dos conhecimentos do ensino básico que estão completamente desvinculados do cargo a ser exercido e que nos quais o candidato já fora obrigatoriamente aprovado nos ciclos de educação anteriores. Outra forma de abordar a questão seria estudar o processo de construção das provas e suas questões, a fim de entender a lógica subjacente na escolha dos conteúdos.

Outra contribuição do presente trabalho foi a construção da taxionomia de organização dos itens de concurso. Tal forma de organizar os itens para fins analíticos está aberta a revisões em pesquisas futuras, contudo espera-se que seja útil, uma vez feita a partir do contato direto com as provas e orientada pela consulta às outras formas presentes na literatura de se organizar os conhecimentos da educação física.

Sendo assim, é possível entender como pertinente que mais trabalhos sobre esse campo sejam feitos, a fim de melhor entender esse fenômeno para que se tenha condições conceituais de reavaliar os mecanismos de execução e coordenação de concursos públicos dos sistemas educacionais municipais, visando o oferecimento de uma educação pública de maior qualidade para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

AGLANTZAKIS, Luciana Costa. Breves conceitos sobre o instituto do Concurso Público no Direito Brasileiro. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. 6, n. 15, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.ambito->



juridico.com.br/site/index.php?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=4092>. Acesso em: 02 out. 2017.

ALBRECHT, Pricila Anny Tomachski; KRAWULSKI, Edite. Concurseiros e a busca por um emprego estável: reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público. *Cadernos de psicologia social do trabalho*, v. 14, n. 2, p. 211-226, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25704>>.

ARAUJO, Ulisses Ferreira. Construção social e psicológica dos valores. In ARANTES, Valéria Amorim. *Educação e valores: pontos e contrapontos*. São Paulo. Summus, 2007.

BARDIN. Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo, Edições 70, 2016.

BORÉUS, Kristina; BERGSTRÖM, Göran. *Analyzing Text and Discourse: Eight Approaches for the Social Sciences*. Thousand Oaks: SAGE, 2017.

BRASIL. Casa Civil. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/12/1996, Página 27833* (Publicação Original). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>.

BRASIL. Senado Federal. Aprovada proposta de lei geral sobre concursos públicos. *Senado Notícias*, 15 jul. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/15/aprovada-proposta-de-lei-geral-sobre-concursos-publicos>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Constituição [1988]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: atualizada até a EC n. 97/2017. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRYMAN. Alan. *Social research methods*. Oxford; Oxford University Press, 2015.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CASTELAR, Ivan et al. Uma análise dos determinantes de desempenho em concurso público. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 81-98, jan./mar. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-80502010000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502010000100006)>.

CASTRO, Patrícia Aparecida Pereira Penkal; TUCUNDUVA, Cristiane Costa; ARNS, Elaine Mandelli. A importância do planejamento das aulas para organização do trabalho do professor em sua prática docente. *ATHENA Revista Científica de Educação*, v. 10, n. 10, jan./jun. 2008.

ELO, Sato et al. Qualitative Content Analysis: A Focus on Trustworthiness. *SAGE Open*, p. 1-10, jan./mar. 2014. Disponível em:  
<<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2158244014522633>>.

FONTAINHA, Fernando de Castro et al. *Processos seletivos para a contratação de servidores públicos: Brasil, o país dos concursos?* Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Direito Rio, 2014. Disponível em  
<[http://www.fonacate.org.br/v2/public/web\\_disk/eventos/conferencia/processosseletivosparaacontrata\\_c\\_eodeservidoresp\\_oblicosbrasilopa\\_asdosconcursos.pdf](http://www.fonacate.org.br/v2/public/web_disk/eventos/conferencia/processosseletivosparaacontrata_c_eodeservidoresp_oblicosbrasilopa_asdosconcursos.pdf)>. Acesso em: 06 abr. 2018.

FUSARI, José Cerchi. *O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas*. Série Ideias, n. 8, p. 44-53, 1990. Disponível em:  
<[http://polouabufrgpsicotic.pbworks.com/w/file/fetch/97258710/O\\_planejamento\\_do\\_trabalho\\_pedagogico.pdf](http://polouabufrgpsicotic.pbworks.com/w/file/fetch/97258710/O_planejamento_do_trabalho_pedagogico.pdf)>.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 7, n. 2, p. 299-309, jul. 2002. Disponível em  
<<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a11v07n2.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2017.

HOFFMAN, Shirl James; HARRIS, Janet. *Cinesiologia: O estudo da atividade física*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LIBÂNIO, José Carlos. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LÜCK, Heloísa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. *Em Aberto*, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2008. Disponível em:  
<<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/2116/2085>>.

MARTINS, Iguatemy Maria de Lucena (Org.). *Intervenção profissional e formação superior em educação física: Articulação necessária para a qualidade do exercício profissional*. Conselho Federal e Regionais de Educação Física, 2015. Disponível em  
<[http://www.listasconfef.org.br/arquivos/INTERVENCAO\\_DOCUMENTO\\_FINAL.pdf](http://www.listasconfef.org.br/arquivos/INTERVENCAO_DOCUMENTO_FINAL.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2016.

OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de. Educação física escolar: construindo castelos de areia. *Revista Paulista de Educação Física*, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 5-11, dec. 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rpef/article/view/138256>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

PIMENTA, Selma Garrido; ALMEIDA, Maria Isabel de. *Pedagogia Universitária*. São Paulo: Edusp, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Desempenho escolar Estado de São Paulo 2010 - 2015*. São Paulo. 2014. Disponível em <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1179.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

SCRIVEN, Michael. The logic of evaluation. *OSSA Conference Archive*, 138, 2007. Disponível em: <<https://scholar.uwindsor.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=1390&context=ossaarchive>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

SOARES, Carmem Lúcia et al. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUSA, Alice Ribeiro de. *O processo administrativo do concurso público*. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. v. 25. n. 3. p.123-140, dez. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-46982009000300007&script=sci\\_abstract&tIng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-46982009000300007&script=sci_abstract&tIng=pt)>.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 5, p. 5-24, jan./abr. 2000. Disponível em: <[http://www.joinville.udesc.br/portal/professores/jurema/materiais/RBDE13\\_05\\_MAUURICE\\_TARDIF.pdf](http://www.joinville.udesc.br/portal/professores/jurema/materiais/RBDE13_05_MAUURICE_TARDIF.pdf)>.